

Conclusões

As emancipações no presente e no futuro¹

Luiz Inácio Gaiger²

“Um mundo desalmado estimula cada vez maior rapidez na procura desenfreada daquele único filamento que parece ser aquele que arderá imediatamente e para sempre. No entanto, o milagre que estamos procurando leva tempo: tempo para encontrá-lo, tempo para trazê-lo à vida.” (Clarissa Pinkola E. *Mulheres que correm com os lobos*).

Ao final desse longo panorama da economia solidária no Brasil, o leitor certamente terá percebido a diversidade de caminhos e de soluções com que ela se expressa, de acordo com as tradições associativas, as formas de luta, os recursos materiais, a força política e inúmeros outros fatores ligados ao contexto local em que essas experiências emergem, ganham vitalidade e adquirem significação para os seus protagonistas. Da mesma forma, é perceptível que a análise desenvolvida em cada capítulo recebeu modulações próprias das equipes de pesquisa, em razão de opções teórico-conceituais ligeiramente diferentes e das metodologias de investigação efetivamente aplicadas, trazendo nuances de abordagem perfeitamente compreensíveis, dadas as condições gerais da pesquisa e a opção tomada, de respeitar a autonomia dos pesquisadores como um fator de criatividade e de qualificação da pesquisa em seu conjunto.

A julgar pela riqueza das questões trazidas à análise dos casos estudados, essa escolha mostrou-se correta. Pouca utilidade haveria então, neste capítulo de conclusão, em fazer um resumo ou um balanço comparado dos principais resultados alcançados. A tarefa certamente redundaria em seccionamentos e em perdas, de contribuições em boa medida irredutíveis a tentativas de síntese, as quais mais vale portanto resguardar em sua formulação original, já oferecida ao leitor. Servindo-me da mesma liberdade concedida aos demais autores, meu propósito aqui será tão-somente ressaltar algumas das constatações e das possibilidades compreensivas que julgo relevantes, especialmente do ponto de vista do sentido histórico da economia solidária, isto é, das marcas que imprime ou pode efetivamente vir a deixar no desenvolvimento atual e futuro da nossa sociedade. Esse sentido, como buscarei demonstrar, reside primordialmente numa experiência essencial, de emancipação do trabalho desumanizado e desprovido de sentido, na restituição do trabalhador à condição de sujeito de sua existência, restituição por certo incompleta e passível de retrocessos, mas assim mesmo efetiva e, por isso, decisiva como experiência humana.

A linha de argumentos que guia o texto aos poucos irá se pronunciando e veremos que nos conduz às questões situadas à raiz dessa pesquisa - ainda ao tempo dos primeiros encontros do grupo de pesquisadores, nas dependências da PUC-SP. As considerações a seguir apóiam-se, em primeiro lugar, nos resultados desta pesquisa: não apenas no exame dos resultados apresentados nos capítulos anteriores, mas em múltiplas leituras, feitas e refeitas ao longo da investigação, desde as planilhas de dados remetidas pelas equipes até os relatórios parciais e finais, de cada etapa do trabalho. Ao mesmo tempo, as teses que apresento provêm de uma reflexão permanente sobre o tema, alimentada em inúmeras ocasiões, em eventos da economia solidária, debates, contatos e, porque não, em outras pesquisas. Embora as evidências empíricas que as sustentam confluam de um leque amplo de fontes, são

¹ Capítulo de conclusão do livro **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**, realizado pela Rede de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – UNITRABALHO, atualmente no prelo da Editora Unisinos (São Leopoldo, Brasil). Circulação condicionada à autorização do autor.

² Membro da Coordenação do Programa Nacional de Economia Solidária da Rede UNITRABALHO, professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (São Leopoldo, Brasil). Vice-titular da Cátedra Unesco – Unisinos *Trabalho e Sociedade Solidária* (e-mail: gaiger@poa.unisinos.br).

conclusões, aqui, a título de fecho de um trabalho de investigação que como tal se encerra, isto é, como resultado momentâneo de uma reflexão, destinada todavia a permanecer em aberto. Como sabemos, as aquisições do pensamento, especialmente quando lidam com realidades emergentes, em grande medida ainda em estado de *vir a ser*, têm seu valor precípua em sua faculdade de provocar interrogações novas e pertinentes, que interpelam nossa capacidade de tornar o real inteligível, condição para que novos horizontes efetivamente se abram, ao nosso espírito e à nossa ação prática e investigativa.

As condições de emergência dos empreendimentos econômicos solidários

Na introdução deste livro, aludimos às principais transformações da sociedade brasileira, de natureza econômica, social e política, cujo impacto sobre o aparecimento e a revitalização de iniciativas econômicas solidárias entre os trabalhadores podemos julgar considerável. As condições históricas gerais de uma região ou país, ao definirem uma conjuntura propícia à gênese de um fenômeno social dado, por certo o determinam em última instância. Mas isso significa que o explicam apenas parcialmente, pois requerem o acionamento de outras variáveis, mais próximas aos fatos, para que se produza efetivamente o resultado em questão. Ora, além de uma visão de conjunto, dispomos agora de estudos pormenorizados de vários empreendimentos e dos seus entornos sociais. Assim, é possível e útil inventariar as diversas circunstâncias que, estando assentes ou sendo impulsionadas por aqueles fatores de ordem geral, mostram-se indispensáveis ou altamente propícias ao aparecimento e à consolidação das experiências concretas. Isto permitirá reconsiderar criticamente aqueles fatores gerais, no sentido de discriminar diferentes causalidades, identificar seus possíveis efeitos contraditórios e, ademais, elucidar em que medida uns e outros estão ao alcance da ação dos agentes que buscam incidir sobre eles, justamente para promover a economia solidária.

No caso em questão, caberia acrescentar que, embora a maioria dos empreendimentos tenha surgido ou ganhado impulso na conjuntura dos anos 90, há experiências mais antigas, cuja formação remete a outras circunstâncias, necessidades e interesses, como aliás ficou evidente nos estudos de vários Estados. O solidarismo econômico entre os trabalhadores vem de longa data e materializa-se num conjunto heterogêneo de experiências de diferentes proveniências, em época e lugar, a formar uma história por fios que se entrelaçam em determinados momentos, história da qual a *ecosol* é por assim dizer mais um episódio, com um notável poder de revitalização dos ideais emancipatórios, de politização e de convergência das suas diversas expressões concretas.

Assim, abstraindo momentaneamente essa história mais longa, para observá-la particularmente em seu período mais recente, pode-se dizer que o surgimento dos empreendimentos econômicos solidários ocorre proporcionalmente à *conjunção* das seguintes circunstâncias:

- a) a presença de setores populares com experiência em práticas associativas, comunitárias ou de classe, quer trate-se de uma experiência legada à memória, um sentimento ainda que difuso a evocar uma tradição e um estilo de comportamento arraigados no tempo, quer trate-se da experiência viva, de mobilizações e lutas vivenciadas pelos protagonistas da economia solidária, nas quais forjaram uma identidade comum, criaram laços de confiança e desenvolveram competências para sua organização e para a defesa de seus interesses. No Rio Grande do Sul, os empreendimentos mais avançados têm como integrantes líderes e militantes de lutas sociais, rurais, urbanas e sindicais. As associações de agricultores mais sólidas de Santa Catarina e do Ceará enraízam-se em vínculos atávicos de conhecimento e confiança mútua, conjugados a lutas sociais e comunitárias em várias frentes. Em São Paulo, a experiência das lutas operárias faz grande diferença. No Distrito Federal, as cooperativas oriundas de lutas populares apresentam mais solidariedade em termos de dinâmicas comunitárias e de relações com a sociedade. Ainda que os resultados

econômicos sejam um estímulo, a decisão de iniciar e manter um empreendimento produtivo depende de outras dinâmicas e de recursos existentes apenas sob forma agregada, tal a noção de *capital social* (Putnam, 1996; Baquero, 2003). Além do mais, com sua racionalidade encompassadora, a economia solidária tende por seu turno a soldar os aspectos econômicos, sociais e ético-políticos da vida, separados e mutilados pela economia moderna.

- b) a existência de organizações e lideranças populares genuínas, vincadas nos movimentos de ação direta (Doimo, 1995) e nos sistemas de representação dos interesses coletivos próprios àqueles segmentos sociais. Tais organizações, permanecendo coladas aos interesses intrínsecos dos grupos que representam, decorrentes das suas respectivas posições sociais, tendem a assegurar a interlocução com os agentes externos, a partir da categoria social da qual emanam e pela qual transacionam. Fazem-no num ambiente de intensas disputas políticas e de contraposições simbólicas, duradouras ou momentâneas, realizando um duplo trabalho de tradução, que impede a mera e simples subordinação das demandas populares às categorias de pensamento e à lógica de ação dos interlocutores externos.
- c) chances favoráveis para que práticas econômicas associativas sejam compatíveis com a economia popular dos trabalhadores, amoldando-se aos arranjos individuais, familiares e semi-coletivos que lhes asseguram a subsistência e que estão inscritos em sua experiência e nos seus círculos de relação e de influência. Salvo raras exceções, os empreendimentos solidários não substituem integralmente nem prescrevem essas formas populares de economia, antes compatibilizam-se com elas e as potencializam à medida que reorganizam os fatores produtivos, materiais e humanos, num processo de metamorfose normalmente incompleto e essencialmente híbrido. Entre outras razões, como demonstra o estudo sobre o Distrito Federal, porque em muitos casos os empreendimentos de economia solidária encontram-se imbricados na economia informal, um fenômeno complexo, dotado de lógicas e princípios próprios, de circuitos e de forças de atração e retenção, não sendo portanto um simples desaguadouro do qual todos estariam prontos a sair. Assim, a economia solidária não se define necessariamente em oposição à economia capitalista, que por sua vez tampouco determina invariavelmente ou esgota o sentido da economia popular, mas representa *outra economia*, antagônica ao caráter e ao lugar histórico subalternos que ambas, por razões diversas, reservam a quem vive do trabalho.
- d) a presença de entidades e grupos de mediação, aptos a canalizar as demandas dos trabalhadores para alternativas associativas e autogestionárias. Sua competência decisiva consiste em acionar instrumentos pedagógicos e materiais que impulsionem as experiências populares a transitar, de uma lógica de preservação e defesa das condições de existência, orientada pela recomposição das formas de vida econômica já praticadas, para uma lógica de emancipação social e econômica, que implica uma ruptura progressiva com a condição subalterna, ao lado da remodelação gradual das aspirações, dos padrões materiais de subsistência e da lógica econômica de reprodução simples (Gaiger, 1996). Como se observa em São Paulo e Minas Gerais, entre outros, o desafio quase invariável consiste em impedir que as mediações externas resultem em situações de tutela, em interferências prejudiciais ao desenvolvimento da autonomia dos trabalhadores associados.
- e) a incidência concreta, sobre os trabalhadores em questão, dos efeitos da redução das modalidades convencionais de subsistência, seja devido à menor aborção ou maior seletividade do mercado de trabalho, seja devido à ineficácia das políticas públicas destinadas a gerar oportunidades econômicas ou a compensar momentaneamente a sua insuficiência. Esta ordem de fatores, embora normalmente seja a mais enfatizada para explicar a gênese da economia solidária, em verdade apenas causa esse efeito se com ela concorrem as demais circunstâncias já mencionadas, pois funciona agravando

os problemas dos trabalhadores, sem por si mesma gerar qualquer solução. Assim, como salienta o estudo feito em São Paulo, embora o desemprego ou a perspectiva de desemprego apareçam como forças impulsionadoras do cooperativismo de trabalho na última década, dificilmente podem ser a única variável. Em outras épocas, o desemprego não engendrou cooperativas, ao menos na quantidade agora observada. Na falta de alternativas, fato facilmente observável nos dias atuais, a busca a qualquer custo de meios de sobrevivência degenera rapidamente em formas depauperadas de economia popular, quando não se degrada em atividades clandestinas e em delinqüência.

- f) por fim, a formação de um cenário político e ideológico que reconheça a relevância dessas demandas sociais e das alternativas que apontam, as quais passam a penetrar em amplas frações dos movimentos sociais e na institucionalidade política. Não se trata de vê-lo necessariamente como o último capítulo da cronologia dos empreendimentos, muito embora assim tenha sucedido na gênese da economia solidária no Brasil, mas de reconhecer que a entrada em cena dessas novas forças não acontece sem que um largo percurso esteja percorrido, projetando a economia solidária para o debate da sociedade. Alcançado esse patamar de influência no seio da institucionalidade, ações de envergadura tornam-se factíveis, principalmente no âmbito das políticas públicas. Seu efeito mais claro – ao menos, mais visado – é a multiplicação e consolidação dos empreendimentos, em resultado dos estímulos e das estruturas de apoio que se passam a oferecer. Alguns relatos deste livro, como nos casos de Pernambuco e do Ceará, todavia alertam para a fragilidade das políticas institucionais indutivas, de organizações civis ou do Estado, quando não incidem sobre grupos dotados de um lastro próprio (isto é, das condições a, b e c), quando não conseguem gerá-lo ou, pior, quando o dispensam, por não o levarem em conta ou por se imaginarem com um poder naturalmente substitutivo daquelas condições.

A levarem-se a sério tais requisitos, a primeira dedução a fazer, talvez desconcertante para os espíritos mais entusiastas, é que a existência de um empreendimento econômico solidário nada tem de corriqueiro, de trivial, tampouco é um reflexo previsível, uma espécie de reação em cadeia (senão agora, muito em breve) diante da crise do mercado de trabalho ou da insuficiência crescente das alternativas habituais de ocupação e sobrevivência. Várias condições necessitam ser atendidas, concorrendo para isso diferentes elementos, cuja presença e cuja força muitas vezes dependem de condições criadas ao longo do tempo, à revelia das intenções ou graças a iniciativas conscientes e gradativamente amadurecidas pelos sujeitos que hoje protagonizam o novo solidarismo econômico. Tais experiências, imersas em histórias individuais e coletivas, não obedecem a leis de geração espontânea, não germinam artificialmente e apenas em casos especiais podem ter o seu nascimento abreviado. A formação de sujeitos populares ativos e organizados - misto de necessidades e de vontades - conhece poucos atalhos... e muitos desvios.

Na atual conjuntura, tudo indica que os fatores *negativos*, isto é, aqueles que eliminam ou reduzem as opções de sobrevivência costumeiras e compelem os trabalhadores a apostarem em alternativas incomuns, além de incertas, não deverão refluir a curto prazo. Entretanto, eles necessitam de outras condições para que o desfecho seja o aparecimento de mais um empreendimento solidário, entre elas particularmente um tecido popular constituído ou altamente propenso a interagir e encetar experimentos coletivos. As experiências de pequenos agricultores descritas no Ceará deixam clara a diferença entre estar sem terra (e sem porvir) e estar em luta pela terra, em franca resistência, da qual se extrai por vezes o caminho do associativismo e a expectativa de circuitos solidários mais pretenciosos e mais abrangentes. O relato de São Paulo ensina que as condições negativas às vezes são tão imperiosas - tal o caso das indústrias em situação falimentar, retomadas em situações extremas pelos trabalhadores - que aparentemente bastam para acender o estopim, para gerar o fato que canaliza a opção pelo solidarismo. *Aparentemente* apenas, pois em verdade encontraram, nesses casos, uma identidade operária alta, formada em lutas passadas e em práticas solidárias de classe, no trabalho e na vida cotidiana.

As circunstâncias imediatas, catalizadoras do processo normalmente intenso pelo qual um grupo decidido implementa o seu empreendimento coletivo, mereceriam um estudo à parte, pois envolvem uma gama de situações objetivas e subjetivas, tais como a formação de expectativas crescentes, a tomada de decisões dificilmente reversíveis, a presença de lideranças com capacidade de projeção e formulação, etc. (Gaiger, 1991: 131-148). O importante é reter, dos tantos casos antes examinados, que os processos de virada tendem a arrefecer (ou a retroceder, sem chegarem a concretizar um novo empreendimento), sempre que estiverem unicamente movidos por pressões negativas, de mera eliminação das opções habituais de vida econômica, sem contarem, ao mesmo tempo, com fatores positivos, de convencimento moral e de atração material, exercidos pela alternativa solidária. Dos relatos de experiências que venceram as primeiras provações, depreende-se ademais que a escolha consciente do solidarismo, quando reafirmada diante de outras opções (que cedo ou tarde terminam reaparecendo e atenuando as pressões negativas), passa a ser o principal motor do empreendimento, a razão mesma pela qual não sucumbe às dificuldades de permanecer autogestionário e cooperativo ou, vendo por outro ângulo, não se rende às comodidades de retornar às formas de vida econômica antes praticadas, nas quais os laços solidários ficam mitigados ou se dissolvem.

Numa linguagem metafórica, para a massa não desandar é decisivo adicionar um ingrediente: fatores de pressão *positivos*, que agem aumentando a preferência pelas soluções coletivas autogestionárias. Provavelmente, diversas formas de mobilização social podem contentar-se com a mera rejeição de seus integrantes a determinados mecanismos de opressão e exploração que estejam a sujeitá-los. Movimentos reivindicatórios, contestadores de regras e de estruturas de poder, agem basicamente por um sentimento compartilhado de inconformidade com a situação imperante, por reclames mesmo vagos para que as coisas mudem, na prática ou nas normas institucionais, sem necessariamente formularem propostas alternativas ou as levarem a cabo. Disto os chamados “novos movimentos sociais” dos anos 80 dão exemplos fartos, especialmente no período pré-constituinte. Quando, porém, se trata não exatamente de “dar as costas para o Estado” (como se disse na época) e portanto da institucionalidade, mas de produzir e viabilizar soluções próprias, adotando formatos altamente inovadores, quando não inéditos, todos os recursos ficam pequenos e todo o lastro social, principalmente a energia contida nas idealizações e nas relações de confiança, assume um papel determinante. Por isso, torna-se questionável e no limite contraproducente a insistência em explicar a economia solidária a partir dos movimentos do capital e em buscar neles os fatores preponderantes, senão suficientes, dos movimentos do trabalho. Um melhor caminho seria focalizar as análises na história dos trabalhadores, no seu passado de experiências, de organização, de liderança, nas suas expectativas e no seu senso prático que, como insistia P. Bourdieu, ainda sendo aquele da experiência prática de subordinação, jamais está totalmente desprovido de razão.

Em suma, conviria distinguir, segundo a sua natureza e o seu sentido, os diferentes fatores que intervêm, de modo geral e em cada situação particular, favorecendo o surgimento dos empreendimentos econômicos solidários. De um lado, *forças negativas*, a saber mudanças objetivas que virtualmente eliminam as opções de vida econômica normalmente utilizadas pelos trabalhadores, às quais podem somar-se ainda razões subjetivas, na consciência dos mesmos, que os levam a rejeitar aquelas soluções habituais e somente a suportá-las na falta de outras. De outro lado, *forças positivas*, que favorecem a adesão dos trabalhadores às propostas associativas, em razão das vantagens materiais que apresentam ou porque formam e sedimentam convicções subjetivas nessa direção. Sua presença fortalece o futuro empreendimento diante de adversidades e tende a enlaçar iniciativas, expandindo seu efeito irradiador e multiplicador. Naturalmente, na falta de qualquer garantia quanto à presença equilibrada desses diferentes fatores, resultam fragilidades inevitáveis e a necessidade de discerni-las e enfrentá-las. Os casos de recuperação de empresas falidas, com a retomada da empresa pelos ex-assalariados, no Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco, constituem processos em curto-círcuito, em que esses fatores se sobrepõem com

incrível velocidade. No outro extremo, os exemplos de incubação ou de formação de empreendimentos sob forte indução externa, como exemplificado em São Paulo, Ceará e Pernambuco, sobre trabalhadores quiçá não totalmente premidos pela falta de opções ou não de todo convencidos, ilustram o mesmo processo, mas em câmera lenta.

Seria útil, caso a caso, avaliar o peso de cada um dos fatores e as suas consequências. Aos agentes promotores da economia solidária, das mais variadas organizações e mesmo do Estado, resta intervir basicamente sobre alguns dos fatores imediatos, que incidem sobre as preferências mas não substituem substancialmente os fatores objetivos nem atingem, a curto prazo, as convicções arraigadas e a predisposição dos trabalhadores a protagonizarem experimentos coletivos. O estudo feito em Pernambuco, sobre a ineficácia dos fatores exógenos em desenvolver os empreendimentos, assim como a análise do Ceará, acerca do efeito contrário das causas dominantes externas, deixam pouca margem à dúvida. Em compensação, conforme relatado em Minas Gerais, o êxito e os benefícios reais conquistados pelas experiências, sendo assimilados por seus condutores, exercem enorme poder demonstrativo, altamente mobilizador. Mudanças objetivas e subjetivas possuem diferentes ritmos, como aliás atestam nada menos que os próprios *intelectuais orgânicos*, quando presos a categorias de pensamento e a modos de intervenção cristalizados no tempo, estruturantes de seus círculos identitários e corporativos.

A presença do agente externo representa de certo modo uma variável a mais. Sua existência sem dúvida é constitutiva da sociedade de nossos dias, à medida que as fronteiras da vida coletiva de grupos parcialmente isolados alargaram-se àquelas do Estado nacional e nelas introduziu-se um número crescente de instituições *modernas*; à medida igualmente em que a dinâmica social cria constantemente intelectuais das mais diversas extrações e orientações ideológicas. Mas, por sua constituição e por sua função particular, esse agente resta inarredavelmente externo e *estrano* (Martins, 1993) à classe com que lida e a quem pertence um irredutível protagonismo. Ainda que ele esteja lá, desde o início como ativista da economia solidária, para que sua influência se faça sentir de forma decisiva, antes deverá ter entrado em operação um conjunto de situações que aumentam a necessidade de os trabalhadores buscarem novas soluções, seja porque reduzem as oportunidades convencionais, seja porque as tornam menos preferíveis. Em segundo lugar, há os fatores que tornam a alternativa solidária mais atraente, por suas vantagens palpáveis ou por seus valores intrínsecos, o que parece explicar-se apenas parcialmente pela presença do agente externo. Pois aqui entram em jogo convicções formadas ao longo do tempo, como as já referidas tradições comunitária e operária, além de uma necessária conjunção de circunstâncias, por vezes momentânea, que propicie a interação entre indivíduos potencialmente dispostos a inovar, levando-os ademais a reconhecer os agentes em condições de abrir caminhos ou propor respostas. Nisto então reside o papel primordial dos mediadores, das assessorias e dos facilitadores, cujo superdimensionamento traz o risco de novas dependências e de fracassos: nada faz, senão perpetuar a submissão e a subalternidade, o agente que vislumbra ilusoriamente em si mesmo o papel de demiурgo, depurado que estaria da consciência falsa ditada pelo senso comum, assim como desprovido de qualquer interesse próprio, pronto a reconciliar o ator popular com a teleologia imaginariamente inscrita no devir histórico.

A marca da diversidade

O peso ponderado dos fatores de gênese e a forma como incidem sobre categorias muito distintas de trabalhadores com certeza explicam a gama variada de empreendimentos existentes, do ponto de vista dos seus protagonistas, suas razões de ser, suas soluções organizativas, seu modo de inserção na economia, sua irradiação local e, ainda, seu grau de afinidade e engajamento com o *movimento sócio-político* da economia solidária. Somadas ainda as variações regionais, esse espectro heterogêneo, social, econômico e político, fica estampado no conjunto dos capítulos, em resultado igualmente da decisão de abarcarmos os empreendimentos econômicos de cunho associativo dos mais diversos tipos, sem exclusão

daqueles desprovidos de traços solidários notórios, ou distantes do circuito movimentalista da *ecosol*. A conclusão nesse ponto é certeira: há bem mais experiências de associação e cooperação, mais experiências de gestão comunitária e democrática dos meios de trabalho, do que o inventário dos agentes institucionais da economia solidária. Na outra mão, iniciativas conceituadas no cadastro dessas organizações não estão livres de apresentar um desempenho modesto ou claramente abaixo da expectativa, seja nos quesitos de autogestão, seja em sua autonomia e viabilidade econômica. Em meio a uns e outros, percebe-se que a adoção de formatos cooperativos pode advir de objetivos despretenciosos quanto a provocar reviravoltas no padrão de vida dos indivíduos, sem possuírem ademais nenhuma ambição política, de *dizer algo para a sociedade*, e mesmo assim responderem a necessidades de proteção, pela via associativa, contra o rolo compressor dos grandes poderes econômicos capitalistas que, para melhor subjugar, apartam os trabalhadores autônomos e os pequenos negócios.

Para fins analíticos, seria possível estabelecer tipologias de similitudes e diferenças entre os empreendimentos, em torno de fatores como:

- a) o seu caráter essencial ou complementar, intensivo ou extensivo, permanente ou sazonal, para a vida material dos associados. Esse aspecto está diretamente relacionado ao papel decisivo ou subsidiário que as economias individuais mantêm ou passam a ter, na medida em que o empreendimento prospera, ao mesmo tempo que define o quanto os associados estarão dispostos a investir a cada passo dado em conjunto, o que redunda seja num ciclo progressivo, seja estagnante. A questão não está desvinculada da natureza irrevocável ou transitória da socialização dos meios de produção e dos compromissos mútuos contraídos entre os indivíduos, por razões objetivas e subjetivas a apurar. De todo o modo, como já referido, a chave reside em conciliar esses múltiplos interesses, fazendo valer o capital e o fundo de trabalho individual e familiar, sem suprimi-los em nome das propostas de coletivização. Regra geral, as inovações duradouras não se estabelecem bruscamente por rupturas, mas por adaptações paulatinas que geram novos fatores de sustentação.
- b) A ênfase prioritária assumida pelo empreendimento, voltada a aspectos sociais, atinentes ao grupo e a seu entorno, ou a aspectos de viabilização econômica. Essa diferença levou a opor, no estudo dedicado a Minas Gerais, as iniciativas voltada à responsabilidade social, em particular as de base comunitária e associativa - nas quais a geração de renda é um meio para lograr inserção social, organização popular e cidadania - àquelas centradas na conquista da sustentabilidade econômica, com destaque às cooperativas de trabalho - em que o triunfo no negócio é a meta principal e traduz o compromisso de dar bom exemplo para a sociedade. A conciliação entre ambas tem seus caminhos, como veremos adiante.
- c) O grau de determinação do processo material de trabalho herdado ou, no sentido oposto, de liberdade dos empreendedores para o definirem. Nesse quesito, os empreendimentos variam de processos de trabalho simples, praticamente indiferenciados, a processos com razoável complexidade, requerendo especializações técnicas e diferenciação de funções. A questão é relevante e mereceria um estudo apropriado, por conta da capacidade para o empreendimento de agregar valor ao que produz, por conta das conhecidas implicações entre a divisão técnica e a divisão social do trabalho, por conta ainda, como provável reflexo disso, das relações empiricamente constatáveis entre menor complexidade do processo produtivo e maior facilidade de introduzir princípios igualitários estáveis de retribuição aos sócios-trabalhadores. Quando nem todos fazem a única e mesma coisa e tampouco podem partilhar muitas funções, sob pena de impossibilidade de produzir, os critérios de valorização justa do trabalho perdem o seu caráter espontâneo e exigem algum tipo de arbitragem, nem sempre satisfatória, sempre questionável. Em compensação, diante de processos legados, o domínio exercido pelos trabalhadores sobre a organização do trabalho e a

gestão do empreendimento é bem maior do que nas empresas convencionais. Em alguns casos, observa-se ainda que as atividades-meio, como administração financeira, vendas e gestão de recursos humanos, tendem a ser executadas pelos sócios, quando antes eram realizadas por profissionais especializados, desvinculados do conjunto dos trabalhadores.

- d) O grau de independência diante dos agentes econômicos externos, a começar quanto à escolha dos mesmos, mas também aos termos das transações comerciais e às prescrições de gabaritos produtivos, tema este relacionado à complexidade e à impositividade de um dado patamar técnico-produtivo. O contraste entre as iniciativas de origem endógena e as de origem induzida, em que se introduzem severas limitações para a futura autonomia do empreendimento, ficou ressaltado na análise de Pernambuco, mas é visível também nos estudos do Rio Grande do Sul e de São Paulo. Não obstante o débil poder de barganha da maioria absoluta das empresas de economia solidária, mesmo naquelas amarradas a situações de terceirização o esforço vai seguido no sentido de amenizar o quadro de dependência, de alcançar um melhor posicionamento competitivo, no interior da cadeia produtiva e diante do comprador final.
- e) O grau de socialização do empreendimento, de cooperação no trabalho e de autogestão, aspectos centrais, correlacionados aos anteriores e tratados com diferentes nuances ao longo da pesquisa. É possível distinguir: e.1) empresas autogestionárias de produção, baseadas na socialização integral dos meios de produção e em processos coletivos de trabalho, deliberadamente sancionados. Sejam cooperativas agropecuárias ou empresas industriais, comportam os níveis mais elevados de autogestão e cooperação, exercidos em empreendimentos que ademais assumem um caráter essencial e dificilmente reversível para os associados; e.2) cooperativas de trabalho ou de prestação de serviços, nas quais a gestão apresenta traços coletivos e o trabalho é executado cooperativamente ou, com maior freqüência, de modo individual. Normalmente, o empreendimento capta a demanda de trabalho e a distribui rotativamente entre os sócios, cuja ocupação é assim variável. Em outros casos, cabe aos sócios atrair o cliente e oferecer os seus serviços profissionais, valendo-se juridicamente da cooperativa; e.3) empreendimentos que se destinam apenas a fortalecer a produção individual ou familiar, dando-lhe maiores chances de capitalização ou de entrada no mercado, como as cooperativas de comercialização e de crédito. Pouco ou nada alteram no regime de propriedade e nos processos de trabalho; e.4) iniciativas de complementação de renda para trabalhadores com outra ocupação principal, portanto de caráter secundário e às vezes momentâneo, sem provocarem, por si mesmas, repercussões profundas sobre a vida econômica dos trabalhadores.

O solidarismo e as formas de produção não capitalistas

Em meio a essas variações, nas formas de gestão e nas práticas de cooperação no trabalho, podemos falar da existência de relações de produção não capitalistas? Uma das diretrizes teóricas fundamentais da pesquisa, diante das diversas manifestações empíricas da economia solidária, consistiu em identificar alterações objetivas nas relações entre os agentes do processo produtivo e deles com os meios de trabalho e de produção, com radicalidade suficiente para superar a divisão entre o capital e o trabalho típica do modo de produção capitalista, para romper com as formas assalariadas de trabalho dele decorrentes. Visto que os empreendimentos econômicos solidários caracterizam-se por processos de socialização dos meios de produção e de democratização na gestão do capital e do processo de trabalho, reconfigurando as condições materiais e a organização do poder no seio do empreendimento, a questão naturalmente faz sentido.

Por certo, é indispensável diferenciar a presença de formas não capitalistas daquelas inovações comuns e superficiais, que reintroduzem antigas assimetrias e desigualdades, ou

mantêm intacta a separação estrutural entre o capital e o trabalho, incidindo apenas sobre as modalidades de produção e extração do excedente, para fins de preservação dos interesses do capital e de sua lógica de acumulação. Como bem assinala Harvey (1989), a propósito da fase de acumulação flexível do capitalismo, estratégias de participação nos lucros e de maior participação dos trabalhadores na gestão seguem o mesmo princípio das tendências abertamente regressivas, como as de tercerização e de flexibilização das relações de trabalho. A possibilidade de se admitir modalidades parciais de participação dos trabalhadores no seio da produção capitalista, como forma de ceder a pressões ou selar novos compromissos, de resto já foi identificada há mais tempo, sendo devidamente diferenciada da genuína autogestão operária, como assinalam em trabalhos clássicos Guillerm & Bourdet (1976) e Castoriadis (1983).

Entendida a questão nesses termos, a resposta a dar mostra-se afirmativa, ao menos quando temos em mente algumas das experiências estudadas. As diversas graduações observadas no conteúdo autogestionário e cooperativo das experiências de economia solidária, resumidas nas tipologias apresentadas pelos autores, deixam sobressair uma situação de correspondência bastante fiel ao conceito de *empreendimento econômico solidário* e ao que podemos considerar, à luz da teoria marxista, uma *nova forma social de produção* (Gaiger, 2001; 2002): modificam-se os princípios e os fins da organização econômica, alteram-se ao mesmo tempo as relações que os indivíduos contraem entre si, no que tange aos meios de produção, ao processo de trabalho e a seus resultados, uma nova racionalidade passa a presidir o agenciamento dos fatores produtivos

O que há de comum entre as *cooperativas-projeto* (Rio Grande do Sul) e os *empreendimentos de autogestão* (São Paulo), para ficarmos nesses exemplos, é que em tais experiências as práticas características do solidarismo empreendedor aparecem de modo mais pleno, estabelecendo relações mútuas simétricas e horizontais, no que respeita à posição de cada sócio-trabalhador diante dos meios de produção, da mesma forma que instituem uma simbiose entre interesses individuais e coletivos, no plano da gestão e da organização do trabalho. No lugar de serem um óbice ou representarem um custo para a eficiência econômica, as práticas democráticas e cooperativas passam a exercer um efeito positivo sobre o desempenho das atividades, como parte de uma nova racionalidade, a um só tempo social e econômica, que se introduz na vida do empreendimento, gerando por outro lado maior satisfação das expectativas pessoais, que por sua vez tendem em boa medida a serem compartilhadas e a perderem o seu caráter individual. Em outras palavras, como conclui o estudo sobre a economia solidária no Ceará, as relações internas constitutivas dos princípios de autogestão e de solidariedade – aferidas pelo “grau de solidarismo” – agem como uma mola propulsora do empreendimento, introduzindo uma racionalidade interna capaz de sustentá-lo e viabilizá-lo.

Quais os principais fatores que contribuem para a evolução das experiências em direção a esse patamar? De um modo esquemático, podemos identificar quatro tipos de causas propulsoras: a) as *determinações* que pesam sobre a *categoria social* dos trabalhadores envolvidos, como trunfos ou desvantagens, nisto importando uma variada gama de recursos, sejam materiais, profissionais, identitários ou morais, bem como suas experiências prévias de organização e sua capacidade de mobilização coletiva; b) a *condição de necessidade* dos trabalhadores, de encontrarem uma nova opção de trabalho e renda em moldes associativos, o que aumenta as chances, como se vê nas empresas autogestionárias, para que o empreendimento tenha ou venha a assumir um caráter essencial e não meramente complementar em suas estratégias econômicas; c) o *grau de adesão* aos princípios do solidarismo, seja em função de valores inspiradores, seja igualmente pelo contato com experiências concretas, de fato ao alcance dos trabalhadores; d) a *competência desenvolvida* pelo empreendimento para alavancar recursos externos, de diferentes ordens e procedências, e simultaneamente conquistar reconhecimento e legitimidade social.

A importância relativa e o modo como se equacionam tais fatores naturalmente dependem das circunstâncias. O fato é que os casos de êxito relatados, nas diversas regiões pesquisadas e

em diferentes setores produtivos, exemplificam todos uma convergência positiva entre essas variáveis, por certo imperfeita mas suficiente para demonstrar que, acima das particularidades, há exigências e desafios dificilmente contornáveis. Por outro lado, uma vez atendida essa equação e posto em marcha o empreendimento, a questão fundamental reside em saber como ativam-se mecanismos de retroalimentação, como geram-se pressões objetivas e subjetivas para que os indivíduos e o seu coletivo reproduzam tais condutas e reponham as condições iniciais em grau mais elevado, canalizando para o empreendimento solidário as energias disponíveis, metabolizando-as, por assim dizer, nos termos de uma nova racionalidade. A supremacia desta requer não apenas uma tomada de consciência e uma grande determinação dos membros do empreendimento; requer, principalmente, que a *lógica das intenções* entre em compasso com os fatores derivados da estrutura social, com a *lógica objetiva dos fatos sociais* (Gaiger, 1986), especialmente as condições e os efeitos econômicos reais de tal ação empreendedora, de modo a fechar o circuito e a impor tacitamente, pelos próprios fatos, a continuidade daquelas decisões subjetivas, agora também objetivamente orientadas.

Há em verdade múltiplos circuitos, cujo sentido geral pode ser resumido dizendo-se que a adoção de responsabilidade partilhadas gera simultaneamente direitos reais e ganhos tangíveis igualmente partilhados, cuja preservação e expansão impõem sucessivas e crescentes partilhas de responsabilidades, a ponto de tornar quase indivisível o interesse individual do interesse coletivo e de retirar da participação e do trabalho a sua carga habitual de ônus, para convertê-los em meios para a conquista de benefícios, materiais e morais, para cada um e ao mesmo tempo para todos. Que circuitos principais entram em ação?

Em primeiro lugar, a *prática da gestão partilhada*, ou da autogestão, exerce três efeitos importantes: ela inibe as tentações de reintroduzir a divisão social do trabalho e de adotar práticas não igualitárias, a começar pelo simples fato de que todos participam das decisões, inclusive os eventuais prejudicados, que nelas passam a incorporar o seu ponto de vista; ela eleva o grau de comprometimento dos indivíduos, reforça os laços mútuos e favorece a criação de um ambiente de *confiança mútua*, no qual o comportamento e a abnegação de cada um em favor do interesse comum apóiam-se na expectativa de que assim se conduzirão os demais, o que resulta em benefícios maiores no imediato e sela um modelo consensualmente definido para futuras colaborações; como terceiro efeito, a partilha da gestão predispõe ao zelo, à maior atenção e cuidados para evitar desperdícios e otimizar o processo produtivo, o que reduz sua porosidade e incrementa ganhos em eficiência.

Em segundo lugar, a *prática do trabalho partilhado*, muito embora em absoluto esteja infensa aos limites impostos pela organização do processo produtivo imperante e pela necessidade de intenso aprendizado por conta dos trabalhadores, age precisamente no sentido de converter a divisão técnica do trabalho em assunto de gestão, de avaliações e de decisões conscientes, desmistificando a sua condição natural e inelutável e propiciando que a criatividade dos trabalhadores experimente novos arranjos, potencialize competências adormecidas e confira ao trabalho um sentido positivo e estimulante. Contrariamente aos modernos modelos de gestão das empresas capitalistas, apoiados em maior comprometimento do trabalhador, a autogestão confere à base social da empresa o poder de opinar e decidir igualmente em questões gerais e estratégicas. Pela mesma razão, legitimada pelo consentimento da maioria, a cooperação produtiva favorece a polivalência e a flexibilidade no trabalho, conforme as flutuações da demanda e outras necessidades circunstanciais. Dado que o trabalho de cada um passa a depender de escolhas feitas em conjunto, abster-se de influenciá-las apenas para evitar os custos pessoais de participar das decisões torna-se menos atrativo e mais arriscado, o que aumenta as chances de maior compromisso com a gestão do empreendimento.

A gestão e o trabalho partilhados funcionam em circuitos complementares que se reforçam mutuamente. Ambos introjetam nos trabalhadores o sentimento de responsabilidade pelos resultados do empreendimento, pela renda de cada um e pela sobrevivência de todos. Os interesses individuais tornam-se solidários, à medida que se realizam por meio de concessões de parte à parte e ficam hipotecados a uma espécie de altruísmo recíproco, cuja contrapartida

não está apenas em ser correspondido, mas nas gratificações morais e extra-materiais que proporciona. A ativação desses fatores, objetivos e subjetivos, verifica-se mais intensamente nos empreendimentos com alto grau de coletivização, como as empresas de autogestão e as cooperativas de produção agropecuária. A socialização voluntária, ou em certos casos imposta, dos meios de produção, aliada a processos de trabalho não individualizáveis, necessariamente cooperativos do ponto de vista técnico, torna os vínculos entre os trabalhadores indissociáveis e indivisíveis. A cooperação instala um círculo virtuoso, econômica e socialmente produtivo, nos empreendimentos, como também se pôde concluir a propósito de outros contextos:

"Em primeiro lugar, é importante entender que a criação de coletivos, sob forma de cooperativas ou de associações de economia solidária, é suscetível de engendrar uma forte eficácia econômica. Mobilizando sentimentos de lealdade, de solidariedade e de amizade, ela libera energias, permite ao coletivo beneficiar-se do trabalho gratuito dos seus membros e cria entre os mesmos o que Jacques T. Godbout denomina de sentimento de endividamento mútuo positivo (...) Mas, por outro ângulo, parece – e nisto reside o paradoxo central a assumir – que esta eficácia econômica na produção de riquezas para o mercado apenas se realiza enquanto sua obtenção estiver subordinada ao ideal de uma outra riqueza, propriamente humana e social – o amor da família, a amizade dos cooperados, o senso de justiça, a solidariedade diante do infortúnio, etc. – e enquanto ela levar a viver momentos de gratuidade e de dádiva que, apenas eles, dão sentido ao conjunto do processo." (Caillé, 2003: 235).

Por outro lado, em diferentes Estados a pesquisa demonstrou que um maior grau de solidarismo interno corresponde também a maior envolvimento com as necessidades locais e com os problemas sociais em geral. Um duplo movimento, na expressão utilizada no capítulo sobre o Distrito Federal: "De um lado uma comunidade onde os laços são mais estreitos, pois não há necessidade do recalque; de outro, membros fortalecidos pela comunidade que estabelece relações numerosas com a sociedade." Aqui, entra em ação um terceiro circuito, relacionado aos vínculos externos do empreendimento: se os valores e a vivência da partilha formam a base psico-social do grupo empreendedor, estimulando suas iniciativas em prol da comunidade, a mesma identidade o projeta na arena social, fortalecendo sua capacidade de disputar recursos e auferir dividendos no mercado das políticas públicas e da economia solidária como tal. Estar presente em cena preserva e reforça a imagem do empreendimento, confere-lhe legitimidade e o impulsiona a reafirmar a sua identidade, aprofundando as práticas de autogestão e de cooperação no trabalho, gerando círculos que se repetem.

Não resta dúvida que as experiências de economia solidária deparam-se com infinidáveis dificuldades, algumas derivadas precisamente do papel decisivo exercido pelo fator trabalho em sua lógica de funcionamento, o que as coloca diante do paradoxo de terem na sua capacidade de trabalho a sua fonte principal de sustentação e, ao mesmo tempo, a razão de muitas fragilidades. Seguidamente, a desvantagem da empresa solidária deve-se a sua defasagem tecnológica e ao seu despreparo técnico-profissional, em termos das competências já adquiridas e em capacidade de inovação. Acostumados ao trabalho braçal, pouco qualificado, e imbuídos de uma "cultura de firma", de empregado que segue prescrições, os novos empreendedores necessitam lidar agora com o mundo desconhecido da administração cotidiana e da gestão a longo prazo. Cedo percebem que não basta simplesmente repetir críticas à economia dominante, tampouco as boas intenções de dotar o empreendimento de admirável ínole social. Sofrem as consequências da divisão social do trabalho instaurada pela lógica da produção capitalista - em sociedades como a nossa, de modo incompleto e contraditório - cuja expressão material são os diferentes arranjos técnico-produtivos, em suas variantes pré-fordistas, fordistas e pós-fordistas. Ademais, por conta de sua insuficiente ou nula capitalização – uma razão a mais, desta feita negativa, da centralidade do trabalho - os empreendimentos solidários necessitam realizar a sua *acumulação primitiva*, sem contarem com outra alternativa razoável senão, à parte suas parcas economias privadas, gerar excedentes coletivamente sobre o seu próprio trabalho. Para tanto, precisam acionar os

circuitos da gestão e do trabalho partilhados, provendo-se ao mesmo tempo de recursos sócio-políticos e sabendo tirar proveito máximo da própria *experiência*.

Disto dão exemplo vários empreendimentos. No Rio Grande do Sul, empresas como a *Univens* e a *Coopernovi* cultivam formas democráticas e participativas de gestão e de organização do trabalho, o que distribui horizontalmente as responsabilidades e gera um controle mútuo, cujo efeito são a maior satisfação e ganhos individuais. Em Santa Catarina, a *Bruscor* dispõe de um sistema de polivalência funcional e de rotatividade que elimina as hierarquias e a divisão social do trabalho, além de evitar a ocorrência de lesões e enfermidades típicas dos ambientes tradicionais de produção industrial. Os próprios sócios tomam a si os encargos de gestão, incluindo a venda e a divulgação dos produtos, de uma empresa que se mostra competitiva e viável, havendo alcançado rápida expansão do patrimônio. A jornada semanal de 37,5 horas assegura vantagens equivalentes aos direitos trabalhistas e parcela dos rendimentos é destinada aos movimentos sociais e à formação profissional continuada dos sócios. Caracteriza-se ainda pela criatividade e inventividade e pelas práticas de convivência social, de lazer e ludicidade. Em Pernambuco, a *Roupagem* incorporou os princípios fundantes da autogestão, tais como a propriedade coletiva dos meios de produção, a gestão democrática da empresa, a repartição das sobras mediante negociações previamente definidas e a indivisão entre trabalhadores e dirigentes. Além disso, introduz práticas participativas e de co-responsabilidade, como jornadas de trabalho mais longas quando necessário. A Associação Comunitária Porfírio Gomes Nogueira da Costa, no Ceará, retira da policultura excedentes que garantem a sustentação financeira do empreendimento e contrapartidas razoáveis aos associados. Para isso concorrem normas democráticas, elevado grau de cooperação no trabalho, práticas de reciprocidade e um ambiente de confiança.

No cômputo geral, os benefícios são modestos, mas relativamente importantes: os brasileiros viveriam melhor, contariam com melhor qualidade de vida, se desfrutassem das melhorias e ganhos experimentados nos empreendimentos de economia solidária. Do ponto de vista dos resultados, eles apresentam vantagens comparativas tanto em relação à economia popular, com seus formatos individuais ou familiares e com suas características de informalidade, quanto em relação às ofertas de trabalho assalariado efetivamente acessíveis para aqueles trabalhadores, isto é, empregos sem prestígio, pouco qualificados, mal remunerados e instáveis, de setores em que a diminuição de custos é tradicionalmente a principal e quase única estratégia competitiva. A isso devemos acrescentar outros benefícios, como a indiscernibilidade de jovens, velhos, mulheres e negros, além dos ganhos sociais mais amplos, reiterados pelas várias pesquisas que compõem esse livro, como a ressurgência de espaços de estruturação de elos comunitários, com seus efeitos importantes de frenagem da degradação do tecido social.

As formas de produção solidária em exame neste volume, diante das condições econômicas e políticas contemporâneas, demonstram ter as mesmas características promissoras indicadas em outros estudos comparativos: a) seus princípios intrínsecos não os impedem de competir no mercado, portanto não necessitam aguardar a dissolução da economia de mercado para existirem e gerarem benefícios; b) possuem vantagens relativas do ponto de vista da eficiência, seja devido à motivação moral e material dos sócios-trabalhadores, seja devido à sua capacidade adaptativa diante de mercados voláteis e fragmentados. Não seria um despropósito estimar que, não fora os fatores de rentabilidade imbutidos nos laços de cooperação e gratuidade, tais negócios seriam inviáveis (Caillé, 2003: 235); c) sua difusão engendra um efeito imediato de distribuição da propriedade e de democratização da economia, com estímulos para o crescimento e a redução das desigualdades; d) geram simultaneamente benefícios sócio-políticos, como a extensão da cidadania e da participação, contracarreando o efeito das desigualdades econômicas (Santos, 2002: 35-7).

Adentrando a natureza dos empreendimentos de economia solidária, a conclusão essencial está no fato de que eles propiciam, em *alguns casos*, a existência de relações sociais *antagônicas ao capitalismo* e, em *muitos casos*, preservam ou revitalizam relações sociais *não*

capitalistas, fundamentais para a vida dos pobres e para os indivíduos que vivem do seu trabalho, atenuando assim sua sujeição à economia dominante e conjurando o exclusivismo das relações assalariadas, portanto de subordinação e expropriação, a eles reservada como via de integração social. Se o drama vivido pelos trabalhadores e as consequências alienantes do trabalho impostas pelo capital podem ser apreendidos sob a contradição entre o trabalho concreto (dispêndio humano criador de bens para a satisfação de necessidades e aspirações) e o trabalho abstrato (posta em equivalência de tais dispêndios como mercadorias que se trocam), na racionalidade econômica solidária o trabalho concreto precede o abstrato, pois quem trabalha é detentor das finalidades do seu labor e dos bens que produz, não um alienante da sua força-de-trabalho. Esta, por sua vez, escapa à sua redução à mercadoria, pois a pessoa que trabalha precede o valor de troca que é capaz de produzir.

Do ponto de vista primordial do desenvolvimento humano, as empresas de economia solidária superam suas concorrentes capitalistas, não porque representem invariavelmente a sua antítese e ameacem sua supremacia, mas porque oferecem outras condições históricas aos trabalhadores, de conteúdo inegavelmente emancipatório. Esse conteúdo provém da experiência concreta da *autonomia no trabalho e pelo trabalho*, fato evocado ao longo deste livro através de diferentes expressões: ruptura das relações ancestrais de mando e subserviência, escape da pauperização material, emocional e intelectual dos trabalhadores, formação de comunidades de trabalho, desrecalque e reconstituição da subjetividade autêntica, recuperação de solidariedades primárias, espaço de expressão, recomposição do sujeito fragmentado, instauração de produtores livremente associados, nova cultura do trabalho e assim por diante. Nisto reside o sentido histórico dos empreendimentos de economia solidária: na experiência decisiva do trabalho emancipado, no caráter essencial desta experiência. Tais empreendimentos funcionam alternativamente como *comunidades-projeto*, nas quais vem ancorar-se a reflexividade crítica dos indivíduos, propiciando-lhes um distanciamento do sistema, num processo de subjetivação auto-referenciada, no qual ganham sentido e corpo outras identidades e outros horizontes éticos. Neles é possível estar *aqui* e em *outro lugar*, alimentar a razão utópica não apenas com a crítica ao sistema, mas igualmente com a realização do desejo.

Prismas para uma nova instituição social da economia

Um dos registros unâimes da pesquisa diz respeito à infreqüência de vínculos econômicos entre os empreendimentos, às fragilidades sistêmicas da economia solidária. Empresas de autogestão, cooperativas agropecuárias e grupos informais em sua maioria encontram-se isolados, sujeitos aos ditames do mercado do setor em que atuam, no qual disputam a preferência por seus produtos e serviços segundo as regras do jogo. Tais circunstâncias impõem sacrifícios, renúncias e compromissos, a contragosto e a contrasenso dos valores e das prioridades afins à lógica da produção solidária.

Uma situação como essa é típica das formas sociais de produção que coexistem sob um modo de produção que lhes é hostil e no qual necessitam lutar constantemente por seu espaço vital, por um lugar ao sol. Essa tem sido a sorte inglória do sistema de reprodução camponesa ao longo dos tempos, mais recentemente da pequena produção familiar, diante da expansão capitalista no campo. Nas condições atuais, os empreendimentos solidários sofrem uma dupla subordinação à economia capitalista: de um lado, estão sujeitos aos efeitos da lógica de acumulação e às regras de intercâmbio imposta ao conjunto dos agentes econômicos; de outro, para responder à premissa de produtividade competitiva, vêem-se compelidos a adotar a base técnica do capitalismo, os modos materiais de produção por ele introduzidos continuamente. Tais coerções, naturalmente, cerceam a lógica econômica solidária, pois a obrigam a enfrentar tensionamentos e a conceder em seus princípios; adotadas sem restrição, terminariam por descharacterizar o que há de específico no solidarismo econômico (Gaiger, 2002).

As exigências de longo prazo, a serem atendidas pelos empreendimentos a fim de preservarem e aprofundarem os seus traços distintivos, justificariam um inventário e uma análise apropriada. A prazo menor, a questão principal está em verificar como reagem a tais pressões: desfigurando-se ou fazendo valer os trunfos de sua lógica interna? Sejam quais forem os desdobramentos futuros, no atual ponto de partida importa ter em vista o critério fundamental da práxis: apenas uma nova *experiência* – aquela de uma nova inserção no mundo do trabalho e da economia – pode gerar uma nova consciência e provocar, sucessivamente, novas mudanças na prática. Esse é o requisito básico, plasmado nas experiências de economia solidária atualmente em curso, que leva a admitir possibilidades de cumprimento daquelas exigências. Em seu cerne, elas carregam o princípio de reversão daquele processo decisivo ocorrido nos primórdios do capitalismo, de separação entre o trabalhador, os meios de trabalho e o seu produto, separação na qual repousa a submissão ideológica do proletariado. As experiências concretas de solidarismo econômico possuem a propriedade de arrancar os trabalhadores de um contexto prático de reiteração da consciência alienada, quer no agir, quer nos seus fins. São portanto reais as chances para que se recupere e se reintegre às pessoas a riqueza dos conteúdos do trabalho e da vida coletiva em geral, de modo que interajam por suas qualidades, não mais “na pobreza e na homogeneidade das suas carências” (L. Razeto, apud Gaiger, 2002).

A bem da avaliação desta cunha crítica, é preciso considerar que as práticas e a sociabilidade dos empreendimentos econômicos solidários, ao demonstrarem a viabilidade de outras formas de vida social e econômica, ao negarem o exclusivismo e a superioridade da lógica utilitária e do primado da mercadoria, adquirem uma conotação anticapitalista mesmo quando não se contrapõem diametralmente às relações sociais dominantes. A melhor forma de combater o capitalismo talvez seja prover a vida de forma não capitalista. Pelo testemunho direto que isto representa, mas também porque, no momento atual, de enorme descrédito das formulações sistêmicas alternativas, pouca adesão conquistará a proposta que não tenha a apresentar fatos visíveis, exemplos concretos. Menos importa que não sejam grandiosos, que não se respaldem nalguma teoria de sua inevitabilidade histórica, mas sim que sejam efetivos. Como ressalta Boaventura de Souza Santos, tais experiências “têm em comum o fato de que, ainda que não pretendam substituir o capitalismo de um só golpe, procurarem (com resultados díspares) tornar mais incômoda a sua reprodução e a sua hegemonia” (2002: 29). Hegemonia que se vê contestada na experiência do trabalho, na vivência pessoal da democracia econômica, terreno onde ela jamais chega, salvo superficialmente, sob a égide da divisão entre o capital e o trabalho.

Cabe outrossim questionar a insistência em ver tudo o que não seja coletivo e autogestionário como expressão da lógica do capital e da ordem burguesa. Em primeiro lugar, porque a natureza não capitalista de uma organização econômica não se mede com segurança pelo caráter coletivo do seu sistema de propriedade. Sistemas individualizados ou semi-coletivos de distribuição e uso dos meios de produção podem conter menor grau de concentração do poder, de controle do trabalho e de exploração, que sistemas inteiramente coletivos de propriedade, bastando que nesses se camuflam e se perpetuem formas de divisão social do trabalho. Em segundo lugar, porque recaímos numa espécie de coletivismo extremado, que nega qualquer valor e mesmo qualquer legitimidade sociológica aos vínculos sociais, inexoravelmente híbridos – feitos de dosagens variadas de solidarismo, altruísmo, pragmatismo e interesse próprio – que os indivíduos nutrem todos os dias entre si para gerirem suas vidas, na interação com os seus círculos sociais. Relações utilitárias têm sua função e, portanto, seu lugar, isso não implicando que devam ser exclusivas ou predominantes. Em terceiro lugar, porque restringir o espaço das formas de existência não capitalistas a um único modelo conduz a rejeitar modos de vida ancestrais, fincados na tradição, no saber popular, nas possibilidades econômicas locais conhecidas, terreno material em que têm curso as experiências primárias de solidarismo, bem como os arranjos novos e criativos, apoiados nesse mesma matriz popular.

Convém ademais evitar generalizações, apressadas ou não. Vimos que há profundas diferenças quanto às origens, aos protagonistas, aos objetivos e ao conteúdo social das

experiências de economia solidária. Deixá-lo patente é um dos méritos deste livro. Na economia solidária, há iniciativas que representam a introdução de novas relações sociais de produção, virtualmente anticapitalistas; há iniciativas que expressam a ressurgência de práticas de economia popular, com elementos de reciprocidade e solidariedade, como tais não capitalistas; há por certo também iniciativas que se limitam a paliativos, a soluções de resistência diante das forças negativas de não integração, exercidas pelos movimentos do capital. Reconhecer tais variações faz toda a diferença entre a conceituação política da *ecosol* e a sua análise histórica e sociológica. Mas, como sabemos, quando a visão política descola-se da análise dos fatos, afasta o pensamento da práxis e o deixa ao leio das criações intelectuais, simultaneamente obliterantes e visionárias.

Toda a afirmação categórica corre o risco de parecer excessivamente otimista ou pessimista. Não é incorreto afirmar que a quase totalidade das organizações populares de base está cingida a meras estratégias de sobrevivência e que as práticas de reciprocidade, altamente em voga, constituem antes uma conduta social reativa às próprias tendências do capitalismo, do que um resultado da crítica consciente e explícita dos trabalhadores ao capitalismo (Quijano, 2002: 486-8). O detalhe está no *quase* e no fato de que provavelmente não há mesmo outro caminho, ao menos se descartarmos a tese idealista, de que os processos históricos nascem de elaborações críticas irrefutáveis, intelectualmente fundamentadas e convincentes a ponto de, a um momento dado, determinarem inapelavelmente a prática. É da luta pela sobrevivência, ao mesmo tempo por sentido e por reconhecimento, que nascem inopinadamente vivências e aprendizados, ganha forma outra compreensão da vida e das coisas, à medida mesma que flui a *experiência*. “É a própria prática social, na produção e em outras instâncias da existência social, o que produz e continuará a produzir modos diferentes de produção de sentido, isto é, perspectivas mentais diferentes das associadas ao capitalismo” (idem, 486-7). A reciprocidade, sendo inicialmente compulsória, pode ganhar vários sentidos; um deles, já não tão incomum, é o da economia solidária.

Vem a propósito a recomendação de Boaventura de Souza Santos:

“... ao estudar estas iniciativas, pensamos que é importante, por duas razões distintas, resistir à tentação de as aceitar ou rejeitar com um critério simplista que equaciona exclusivamente se elas oferecem alternativas radicais ao capitalismo. Por um lado, este critério simples de (des)qualificação encarna uma forma de fundamentalismo alternativo que pode fechar as portas a propostas que, ainda que surjam dentro do capitalismo, abrem as portas a transformações graduais em direções não capitalistas e criam enclaves de solidariedade no seio do capitalismo (...). Por outro lado, semelhante critério estrito de avaliação das alternativas implica, em última análise, uma hermenêutica do ceticismo, e não da emergência, que acaba por rejeitar todo o tipo de experimentação social por estar sempre contaminado pelo sistema dominante.” (Santos, 2002: 30).

O balanço das experiências relatadas neste livro permite afirmar que, em certos casos e em grau variável, os empreendimentos econômicos solidários provam a viabilidade de uma outra lógica social de produção e de outra relação à materialidade, já não encerrada em si mesma, mas integrada a outros domínios e a outras interações da vida cotidiana dos trabalhadores, dando-lhe outros sentidos. É da rotina que os empreendimentos penem para desenvolver novas formas de gestão e de participação, enquanto atendem aos quesitos de rentabilidade e de competitividade exigidos pelo mercado. No entanto, sob pena de privar nosso raciocínio da perspectiva histórica que lhe é indispensável, tais fatos não retiram as evidências de que uma síntese entre aquelas duas ordens de exigências é possível e desejável. Associação e cooperação funcionam como esteios da eficiência produtiva da empresa solidária, de sorte que os princípios solidários e os requisitos para a produção de benefícios materiais e não materiais podem conjugar-se e reforçar-se mutuamente. Isso sucede porque os empreendimentos assumem uma série de coações extra-econômicas derivadas de suas características

particulares, que agem coercitivamente à medida que fazem sentido, por suas premissas e igualmente por seus resultados, de modo a instaurar outras determinações objetivas.

Estamos, então, concluindo positivamente sobre o caráter histórico inovador das experiências de economia solidária. Analisá-las detidamente é um passo necessário, mesmo se insuficiente, para que se aventem hipóteses quanto ao impacto histórico da economia solidária do ponto de vista de seu conjunto, da sua presença como movimento e como projeto social. Questões como essa exigem estender o raciocínio a outros níveis, em torno das possibilidades de se compatibilizar a existência de agentes econômicos movidos pela lógica solidária, com agentes vinculados à lógica de produção e de mercado capitalista e, ainda, com a economia pública, atinente principalmente às funções redistributivas do Estado. Algumas perspectivas parecem desde agora sair de cogitação: a que aposta na replicação progressiva e contínua dos empreendimentos solidários, a ponto de nalgum dia predominarem e em seguida dominarem globalmente a economia; entre outras razões porque, como vimos, a emergência e a consolidação dessas iniciativas decorrem de um conjunto de circunstâncias específicas, não generalizáveis para a sociedade. Da mesma forma, fica sem chão o imaginário de uma conversão geral das práticas econômicas para os princípios solidários, à proporção que o movimento da economia solidária adquire crescente força de convencimento quanto a ser a real alternativa diante das crises e contradições do capitalismo; não apenas devido às fragilidades que hoje afetam o poder de fogo da economia solidária, mas porque a idéia da sociedade futura como uma nova totalidade, homogênea e dotada de um único princípio organizador, além dos riscos já conhecidos em tentativas feitas, carece de argumentos consistentes, ao menos no limiar histórico em que vale a pena formular hipóteses. Tampouco há sentido em defender o crescimento da economia solidária em ilhas ouquistos, nas quais estariam salvaguardados os seus princípios, até que a maturação das suas práticas viabilizasse sua abertura ao mundo externo; pelas razões acima e pela evidente inexistência das pré-condições para que tal idéia fosse minimamente viável na sociedade contemporânea.

O que se pode vislumbrar, isto sim, é a adoção de um novo sistema de regulação, que garanta aquela coexistência conflitual em condições mínimas de equilíbrio, fato a ser conquistado por uma deliberação política da sociedade, uma escolha entre caminhos possíveis. Pontos da agenda política atual da economia solidária no Brasil, como a questão do marco legal, são uma boa ilustração. Persistindo nessa direção, se estaria a introduzir uma outra *instituição social da economia*, co-determinada extra-economicamente, não mais como um sistema inexoravelmente autônomo, auto-regulado e retroalimentado. Que teria sido da sobrevivência dos povos, diante desta absolutização de uma forma histórica de vida econômica, caso lhe houvessem dado ouvidos?

A economia solidária, por sinal, tende a atenuar oposições e a eliminar antagonismos, correntes na prática e no pensamento dos nossos dias: entre o capital e o trabalho, entre o econômico e o social, entre a ética e a economia, entre o interesse próprio e a coletividade. Para tomá-lo em conta, faz-se mister adotar noções que perpassem esses domínios estritos, conforme o desafio anunciado por E. Morin, a saber, da contextualização de cada acontecimento, na direção oposta do fracionamento provocado pelas abordagens disciplinares clássicas. Ora, como demonstraram por vias diferentes Karl Polanyi e Max Weber, entre outros, a sociedade moderna e o seu primado da mercadoria separaram muito bem as esferas da vida humana, ao mesmo tempo que a ciência moderna nos ensinou que, para compreender as coisas, é necessário sempre mais decompô-las. Por conseguinte, partimos dos fatos – e dos conceitos correspondentes – tal como o discernimos como esse olho analítico e como a sociedade moderna pretende deixá-los, em seu estado fragmentado, intransponível. Como, tendo à mão tais categorias e procedimentos, compreender o que na humanidade alinha-se na perspectiva de interconexão, de transcendência? Precisamos, ao contrário, insistir sobre os movimentos de síntese, para que o pensamento descubra vínculos inesperados, encontre vias de passagem, elementos em fusão, novos metabolismos.

O pensamento social deve continuar a mudar seus aparelhos de percepção, para captar a grande diversidade de experiências sociais disperdiçadas, invisíveis por terem perdido a batalha pelo reconhecimento, e para ficar sensível ao que desponta no umbral da história. Está superada a época das pretensões positivistas, dirigidas à ordem do *ser*, à tarefa de não deixar sombras sobre a realidade. Da mesma forma, naufragaram as predições até há pouco consagradas pelos cânones intelectuais encerrados nos limites da ciência não neutra, caudatária das ideologias monológicas, da ordem do *dever ser*. Porque, a título de cautela antes de novas predições, não dar tempo a outros fazeres da experiência humana, visíveis a olho nu, e a seus saberes correlatos? Nada que evite ou dispense lutar pelas emancipações já possíveis, presentes no presente: deve-se, com maior razão, escavar e ampliar o presente, para nele encontrar outras emancipações. Nada que relegue ao abandono as utopias: apenas, com “paciência desenfreada”, dar-lhes tempo, para viver intensamente a história de longa duração. Não há provavelmente outra via, se quisermos enfrentar o desafio epistemológico, teórico e político, de fundo: encetar a quarta operação weberiana do conhecimento e formular proposições válidas sobre o que está por *vir a ser*, sobre as *constelações possíveis do futuro*.

*Colina do Sol
dezembro de 2003.*

Referências bibliográficas:

- BAQUERO, Marcello (2003), “Capital social”. In: CATTANI, Antônio, *A Outra Economia*. Porto Alegre, Veraz, pp. 28-33.
- CAILLÉ, Alain (2003), “Sur les concepts d'économie en général et d'économie solidaire en particulier”. *Revue du M.A.U.S.S.*, Paris, La Découverte, nº 21: 215-235.
- CASTORIADIS, Cornelius (1983). *Socialismo ou barbárie – o conteúdo do socialismo*. Rio de Janeiro, Brasiliense.
- DOIMO, Ana (1995), *A vez e a voz do popular*. Rio de Janeiro, ANPOCS – Relume-Dumará.
- GAIGER, Luiz (1986), *Agentes religiosos e camponeses sem terra no sul do Brasil; quadro de interpretação sociológica*. Petrópolis, Vozes.
- GAIGER, Luiz (1991), *Culture, religion et praxis socio-politique*. Tese de Doutorado em Sociologia – Université Catholique de Louvain, Louvain-la-Neuve.
- GAIGER, Luiz (1994), *Sobrevivência e utopia: os projetos alternativos comunitários no RS*. Cadernos do CEDOPE, UNISINOS, São Leopoldo, nº 10 (Série Movimentos Sociais e Cultura).
- GAIGER, Luiz (Org.) (1996), *Formas de resistência e de combate à pobreza*. São Leopoldo, Editora Unisinos.
- GAIGER, Luiz (2001), “Virtudes do trabalho nos empreendimentos econômicos solidários”. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, Buenos Aires, 7(13): 191-211.
- GAIGER, Luiz (2002), *A economia solidária diante do modo de produção capitalista*. Disponível em www.ecosol.org.br.
- GUILLERM, Alain e BOURDET, Yvon (1976), *Autogestão: uma mudança radical*. Tradução de Hélio Pólvora. Rio de Janeiro, Zahar. [PE] [RS-2] [CE 1] [CE 2]
- HARVEY, David (1989), *A condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola.
- MARTINS, José de Souza (1993), *A chegada do estranho*. São Paulo, Hucitec.
- PUTNAM, Robert (1996), *Comunidade e democracia; a experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- QUIJANO, Aníbal (2002), “Sistemas alternativos de produção?”. In: SANTOS, Boaventura de Souza, *Producir para viver; os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, pp. 475-514.
- SANTOS, Boaventura de Souza (2002), *Producir para viver; os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.